

HABEAS CORPUS Nº 501.402 - SP (2019/0089491-7)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : LEANDRO DE CASTRO SILVA - SP258372
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DIOGO ZANIBONI DE SANTANA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DIOGO ZANIBONI DE SANTANA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do Agravo em Execução Penal nº 7000851-11.2018.8.26.0576.

Consta dos autos que o Juízo singular, em virtude de nova condenação do paciente, procedeu à unificação das reprimendas e determinou a interrupção do lapso para a concessão de benefícios a partir da data do trânsito em julgado da última condenação.

Irresignada, a defesa interpôs agravo em execução perante a Corte estadual, que negou provimento ao recurso.

Sustenta a impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal em razão da fixação da data do trânsito em julgado da última condenação como marco interruptivo para obtenção de benefícios em execução penal em virtude da unificação de penas do paciente, visto que não há previsão legal e contraria o entendimento recente firmado por esta Corte Superior.

Requer a concessão da ordem constitucional para retificar o cálculo de penas, fixando-se como marco para progressão de regime a data da prática da última falta grave.

A liminar foi indeferida às fls. 51-52.

Informações prestadas às fls. 57-63.

O Ministério Público Federal opinou, às fls. 68-72, pelo não conhecimento da impetração, contudo, pela concessão da ordem, de ofício.

É o relatório.

No que diz respeito à fixação do termo inicial para a obtenção de benefícios após a unificação de penas do reeducando, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ fls. 41):

"Na hipótese, a interrupção se deu por causa da prática de novo delito e, com fundamento no artigo 111 da LEP, houve unificação das penas impostas relativas aos processos de execução criminal vigentes, com interrupção para benefícios.

Tem-se adotado, como regra, aliás, de acordo com jurisprudência citada em nossos posicionamentos, que a unificação de penas, com base no art. 111 da LEP, necessária sempre que suportar o sentenciado nova condenação, faz com que se reinicie a contagem do prazo

para a obtenção de novos benefícios, a partir da data do trânsito em julgado da nova condenação, que configura, em suma, marco do novo incidente no desconto das penas."

No caso dos autos, da leitura do excerto transcrito, verifica-se que o Tribunal *a quo*, na unificação de penas do apenado, manteve a data do trânsito em julgado para a acusação da última condenação como o marco inicial para fins de progressão de regime prisional.

No tocante à matéria, esta Corte Superior possuía entendimento firmado no sentido de que, sobrevivendo condenação aos autos e reformulado o cálculo das penas, o marco inicial para concessão de futuros benefícios executórios seria a data do trânsito em julgado da última sentença condenatória.

Todavia, a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, em recente mudança jurisprudencial acerca do tema, oriundo do julgamento do REsp n. 1.557.461/SC, realizado em 22.02.2018, da relatoria do Ministro Rogério Schietti Cruz, e o *Habeas Corpus* n. 381.248/MG, cujo Relator para o acórdão foi o Ministro Sebastião Reis Júnior, passou a manifestar o entendimento no sentido de que o marco para novos benefícios deve ser a data da última prisão, quando ocorre a unificação por fatos anteriores à execução. E, por crime cometido durante a execução da pena, configurando falta grave, consistente em prática de delito durante a execução, o marco interruptivo é a data da falta disciplinar. A interrupção só ocorre para a progressão de regime, não abrangendo o livramento condicional, a comutação e o indulto.

Assim, a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado.

Ademais, as condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

Nesse sentido, confirmam-se os supramencionados precedentes oriundos da Terceira Seção:

RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de

cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto.

Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado.

As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso não provido.

(REsp 1557461/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 15/03/2018)

HABEAS CORPUS SUBMETIDO À TERCEIRA SEÇÃO. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE NOVA SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO INICIAL PARA CONCESSÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o condenado sujeito à regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal. Em vez de haver o cumprimento progressivo de cada pena individualmente, há a soma do total de penas a serem cumpridas para que o apenado as cumpra de forma conjunta.

2. Inexiste respaldo legal para a alteração da data-base a fim da concessão de futuros benefícios na execução em razão da unificação das penas.

3. A execução da pena não se inicia apenas com a superveniência do título judicial exequível. Já se admite a execução provisória nas hipóteses de existência de prisão cautelar e, atualmente, quando há a confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça/Tribunal Regional e não há prisão preventiva.

4. Acarreta evidente excesso de execução a desconsideração do tempo de prisão antes do trânsito em julgado da nova condenação.

5. Ordem concedida, de ofício, para cassar o acórdão proferido no agravo em execução penal e restabelecer a decisão do Juízo da execução, proferida em 4/3/2016.

(HC 381.248/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Rel. p/ Acórdão Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 03/04/2018)

Nesse contexto, merece reforma o acórdão impugnado para que seja fixada a data da última prisão como termo inicial para a concessão de progressão de regime prisional ao reeducando.

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente incabível, com fundamento no artigo 34, inciso XX, do RI/STJ, **não se conhece do writ, concedendo-se, contudo, habeas corpus de ofício, para que seja reformulado o cálculo da pena, estabelecendo-se a data da última prisão como marco inicial para a progressão de regime prisional.**

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 12 de junho de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

